

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COMPANHIA

Acreditamos ser a maior provedora de suporte tecnológico premium (PTS) do Brasil. Também somos especializados em serviços de instalação e assistência residencial. Somos uma equipe comprometida, objetiva e atenciosa que resolve dúvidas e problemas dos nossos usuários.

Oferecemos soluções de assistência para atender as necessidades de consumidores e parceiros comerciais, através de uma central de especialistas para suporte remoto e uma rede de técnicos para atendimento presencial.

A Companhia vem crescendo nos últimos anos através da execução do seu plano estratégico que tem como base ampliar seu portfólio de serviços e aumentar os seus canais de distribuição através do desenvolvimento de novas parcerias comerciais. Essa estratégia é executada de maneira orgânica, mas também é acelerada através de aquisições de empresas.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

O desempenho financeiro da CDF no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi influenciado por diversos fatores, mas principalmente pelo desempenho da economia do Brasil. O ano de 2023 foi marcado pela expansão do mercado interno, levando a um crescimento do consumo interno canalizado para serviços, levando a que o setor contribuisse significativamente para o resultado do PIB brasileiro. Outro fator que influenciou no desempenho da Companhia foi a redução da taxa Selic, que atingiu o nível de 11,75%, afetando o comportamento dos consumidores e a demanda por serviços, uma vez que os custos de créditos ficam mais baixos. Isso aumenta as vendas no setor de varejo, principal canal de distribuição de vendas da CDF.

Em 2023, a Receita Líquida da Companhia totalizou R\$ 307.272, a maior receita da história da CDF, representando um aumento de 23,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento foi principalmente impulsionado pela celebração de

contratos com novos parceiros comerciais, ampliação de receita com parceiros comerciais antigos e o aumento de volume de prestação de serviços no canal ligado a empresas concessionárias do setor de gás.

O Lucro Bruto da CDF foi de R\$ 99.122, com aumento de 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento percentual de Lucro Bruto foi menor que o aumento percentual da receita líquida principalmente em função do incremento do valor das amortizações de contratos com varejistas.

O Lucro antes do resultado financeiro foi de R\$ 12.129, representando uma piora de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa diminuição se deve basicamente ao aumento de provisões para contingências e aumento com despesas de pessoal. O Resultado Financeiro da CDF foi pior em 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa piora no resultado financeiro se deve principalmente ao fato da queda da taxa Selic que chegou a 11,75% a.a. impactando os rendimentos de aplicações. Outro fator responsável pela piora do resultado financeiro foi o pagamento das parcelas de principal e juros no período de 2023, referentes à emissão de debêntures no valor de R\$ 135.040 para financiar os investimentos de dois contratos celebrados com dois parceiros comerciais varejistas ("upfront fee") no ano de 2022.

A Companhia fechou o ano de 2023 com um prejuízo de R\$ 393, resultado melhor que o mesmo período do ano anterior em 97,4%. Essa variação ocorreu em função de todos os fatores mencionados anteriormente, somado ao efeito de R\$18.852 referente ao registro do ativo fiscal diferido da CDF S.A. realizado em 2023.

A Administração da Companhia tem convicção que a empresa encerrou o exercício de 2023 mais preparada para continuar sua trajetória de crescimento. O acordo de investimento celebrado entre a CDF e a Porto Seguro criou uma das maiores empresas de assistência do Brasil. Esse movimento irá gerar relevantes sinergias operacionais, e grandes oportunidades de expandir os negócios da empresa em canais de distribuição ainda não explorados.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	
Ativo Circulante					Passivo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa ...	5	34.554	62.224	53.009	82.054	Fornecedores.....	17	20.672	23.509	31.100	28.366
Contas a receber de clientes	6	46.282	37.121	73.416	57.914	Debêntures.....	13	55.425	60.344	55.425	60.344
Partes relacionadas.....	7	13.070	10.840	15.825	13.668	Empréstimos e financiamentos	15	19.914	26.002	19.914	26.002
Custos e despesas antecipadas	9	61.653	56.704	64.207	59.261	Passivos de arrendamento.....	14	1.030	1.879	1.030	1.879
Partes relacionadas.....	8	-	3.278	-	-	Receitas diferidas.....	16	42.123	33.946	61.845	50.558
Outros créditos	-	789	3.498	1.000	3.762	Partes relacionadas.....	8	1.492	1.377	-	-
Total do ativo circulante		156.348	173.665	207.457	216.659	Instrumentos financeiros					
Não circulante						derivativos.....	4.3	3.279	3.393	3.279	3.393
Contas a receber de clientes	6	4.829	4.926	4.829	4.926	Obrigações tributárias.....	18	1.546	1.587	3.197	4.659
Partes relacionadas.....	8	-	11.194	-	-	Salários e encargos sociais ...	19	8.543	10.520	8.570	10.548
Custos e despesas antecipadas	9	74.141	101.925	100.593	129.256	Total do passivo circulante .		154.024	162.557	184.360	185.749
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	27	30.878	12.026	54.373	36.842	Não circulante					
Depósitos judiciais.....	20	-	16	698	606	Debêntures.....	13	13.339	64.073	13.339	64.073
Investimentos.....	10	77.347	69.685	-	-	Empréstimos e					
Imobilizado.....	11	1.585	2.343	1.661	2.471	financiamentos	15	77.012	87.826	77.012	87.826
Intangível.....	12	83.070	120.617	96.019	135.662	Passivos de arrendamento.....	14	1.130	1.434	1.130	1.434
Ativo de direito de uso.....	14	1.986	2.970	1.986	2.970	Receitas diferidas.....	16	609	345	5.336	6.744
Total do ativo não circulante...		273.836	325.702	260.159	312.733	Provisões para contingências	20	1.480	148	3.775	508
						Parcelamentos fiscais.....	19	-	-	74	74
						Total do passivo não					
						circulante		93.570	153.826	100.666	160.659
						Patrimônio líquido					
						Capital social.....	21	191.258	191.258	191.258	191.258
						Reserva de Capital - Especial					
						de ágio.....		5.428	5.428	5.428	5.428
						Prejuízos Acumulados		(14.096)	(13.702)	(14.096)	(13.702)
						Total do patrimônio líquido .		182.590	182.984	182.590	182.984
						Total do passivo e					
						patrimônio líquido.....		430.184	499.367	467.616	529.392
Total do ativo		430.184	499.367	467.616	529.392						

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Capital social		Reserva de Capital especial de ágio	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		social	a integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2021.....	21	182.654	(110.000)	5.428	2.214	7.371	-	87.667
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	(14.867)	(14.867)
Subscrição de capital social.....		8.604	(8.604)	-	-	-	-	-
Reserva legal.....		-	118.604	-	-	-	-	118.604
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(7.371)	(1.049)	(8.420)
Destinação para reserva de lucros.....		-	-	-	(2.214)	-	2.214	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	21	191.258	-	5.428	-	-	(13.702)	182.984
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	-	-	(393)	(393)
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	21	191.258	-	5.428	-	-	(14.095)	182.591

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022			
Fluxos de caixa das atividades operacionais						Salários e encargos sociais	19	(1.977)	1.878	(1.977)	1.859
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(19.245)	(14.867)	(13.439)	(7.965)	Obrigações tributárias	18	(41)	(198)	(1.462)	(846)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa:						Partes relacionadas.....	8	115	(95)	-	4
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	50.422	30.588	50.481	30.641	Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures.....	13 e 15	(16.542)	(10.151)	(16.542)	(10.151)
Amortização de ativo de uso.....	14	1.897	1.959	1.897	1.959	Imposto de renda e contribuição social pagos.....	27	-	-	(4.485)	(2.975)
Juros de passivos de arrendamento	14	217	240	217	240	Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		76.252	(39.910)	74.879	(32.651)
Resultado de equivalência patrimonial.....	10	(9.751)	(17.045)	-	-	Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Despesa de juros e variação sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	13 e 15	35.702	28.750	35.702	28.750	Aquisição de imobilizado.....	11	(627)	(749)	(627)	(749)
Valor residual de imobilizado e arrendamento baixado.....	11	(103)	65	(103)	68	Aquisição de intangível.....	12	(9.401)	(138.670)	(9.401)	(138.700)
Provisão para contingências	20	1.332	(75)	3.267	(2.287)	Valores pagos por aquisição de investimento.....	10	-	(2.301)	-	(2.301)
Instrumentos financeiros						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(10.028)	(141.720)	(10.028)	(141.750)
derivativos.....	4.3	(114)	4.031	(114)	4.031	Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Receitas diferidas.....	16	8.441	13.016	9.879	19.394	Captação de debêntures, líquidas de custo de captação ..	13	-	133.741	-	133.741
Amortização de custos e despesas antecipadas.....	9	94.528	15.890	108.917	13.668	Pagamento de debêntures.....	13	(56.158)	(10.950)	(56.158)	(10.950)
Provisão para perda de créditos esperada.....	6	(6)	(5)	3.439	(5)	Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	150.000	-	150.000
Ajuste de preço, incremento de parcela a pagar CDF						Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(35.557)	(184.899)	(35.557)	(184.899)
Assistência	10	-	76	-	76	Distribuição de dividendos	21	-	(8.420)	-	(8.420)
		163.320	62.623	200.143	88.570	Contraprestações de passivos de arrendamento	14	(2.180)	(2.097)	(2.180)	(2.097)
(Aumento) redução das contas de ativo						Aumento/Redução de capital social	21	-	118.604	-	118.604
Contas a receber de clientes	6	(9.058)	(13.000)	(18.843)	(26.242)	Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(93.895)	195.979	(93.895)	195.979
Custos e despesas antecipadas	9	(71.695)	(91.943)	(85.204)	(91.943)	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(27.671)	14.349	(29.044)	21.578
Depósitos judiciais.....	20	16	39	(91)	526	Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	5	62.224	47.875	82.054	60.476
Partes relacionadas.....	8	14.471	2.998	-	-	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	5	34.554	62.224	53.009	82.054
Impostos a recuperar.....	7	(2.230)	(1.071)	(2.157)	(1.561)	Variação caixa entre saldo inicial e final		(27.670)	14.349	(29.045)	21.578
Outros ativos.....		2.710	591	2.763	603						
(Aumento) redução das contas de passivo											
Fornecedores.....	17	(2.837)	8.419	2.734	9.505						

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia" ou "CDF") é o maior provedor de Suporte Tecnológico e um dos maiores provedores de Assistências Residenciais do Brasil, oferecendo serviços como help desk de informática, instalação de eletrodomésticos, impermeabilização de estofados e assistências emergenciais, dentre outros serviços. A Companhia presta esses serviços através de uma central de especialistas (serviços remotos) e através de uma rede de técnicos terceirizados (serviços presenciais) que cobrem 100% do território nacional. A venda dos serviços se dá primordialmente através de parceiros comerciais. O maior canal de distribuição dos serviços são as redes varejistas, seguido das empresas de telecomunicações e

seguradoras. A controladora direta da Companhia é a Porto Seguro Assistência e Participações ("Porto Assistência") e a controladora final é a Porto Seguro S.A.

Devido à natureza de sua operação, a Companhia está sujeita a fatores de riscos que podem gerar reflexos nas taxas de juros e da inflação, impactando as vendas dos principais parceiros varejistas, e assim, afetar diretamente na obtenção de receita da Companhia.

Até o momento, contudo, não houve impactos significativos que comprometessem a continuidade das operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Administração da Companhia está monitorando a situação econômica, e não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas em suas demonstrações financeiras anuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	22	263.780	206.595	307.272	249.431
Custo dos serviços prestados	23	(188.143)	(144.525)	(208.150)	(158.623)
Lucro bruto		75.637	62.070	99.122	90.808
Despesas administrativas e comerciais.....	24	(78.159)	(70.937)	(82.707)	(75.932)
Equivalência Patrimonial	10	9.751	17.045	-	-
Outras despesas e receitas	25	(801)	(1.039)	(4.286)	(1.153)
Lucro antes do resultado financeiro		6.428	7.139	12.129	13.723
Resultado financeiro					
Receitas financeiras.....	26	8.719	9.581	9.008	9.932
Despesas financeiras	26	(34.392)	(31.587)	(34.576)	(31.620)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(19.245)	(14.867)	(13.439)	(7.965)
Imposto de renda e contribuição social.....	27	18.852	-		

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Torre 1 – Alphaville – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)

→★ continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da CDF que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Em 3 de março de 2020, a CDF realizou a aquisição de 100% das ações da CDF Assistência Ltda. A Companhia adquirida tem como atividade econômica a prestação de serviços de assistência. Os serviços prestados são divididos em duas categorias: assistência auto e moto, e assistências residenciais e emergenciais.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Foi elaborado estudo preparado por especialista independente, dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de negócios, para alocação do preço de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição.

A data-base de aquisição utilizada para esse estudo foi de 29 de fevereiro de 2020. Esta data foi acordada entre as partes dado que não houve movimentação significativa nesse período e por se tratar de uma data usual de fechamento contábil. A alocação do preço de aquisição resultou em compra vantajosa no montante de R\$9.429, reconhecido no resultado daquele exercício, tendo a Companhia reconhecido imposto de renda e contribuição social diferido passivo no montante de R\$3.550, a ser realizado quando da alienação e/ou realização do investimento na controlada.

2.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, no final do exercício. Estas estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em vários outros fatores que se acredita ser razoável sob as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas em uma base contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas incertezas sobre premissas e estimativas incluem:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Realização do ativo intangível (ágio) e de *signing bônus*;
- Realização dos impostos diferidos ativos;
- Determinação da provisão para perdas de crédito esperada;
- Determinação da provisão para riscos;
- Provisão para custo dos serviços prestados e receita de prestação de serviços.

2.6 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E

NATUREZA

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.7 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto e são apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a receber de clientes, de partes relacionadas e parte dos custos e despesas antecipadas (contratos a vencer, também denominados de *upfront*).

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Análise de recuperabilidade dos ativos financeiros

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nos históricos e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

(i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.

(ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (i) passivos financeiros ao custo amortizado; e (ii) ao valor justo por meio do resultado.

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujos fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria valores a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, obrigações relacionadas a contratos de arrendamentos e saldos de dividendos a pagar.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de instrumentos financeiros derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, e que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, quando existentes, possuem características de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, com vencimento de curto prazo e/ou longo prazo (podendo ter restrições de resgate) e com algum componente de risco de mudança de valor.

(d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação de serviços, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas conforme indicado no item (a) acima.

(e) Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Diferido

Gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e sobre prejuízos fiscais ou base negativa da contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que os benefícios possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicáveis, são também reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A CDF contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela CDF se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Impostos sobre as vendas

Tributos incidentes sobre as vendas, o PIS e da COFINS são, respectivamente, calculados com base nas alíquotas de 1,65% e de 7,6%, com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Adicionalmente, incidem sobre as vendas o imposto sobre serviços - ISS, cujas alíquotas variam de 2 a 5% sobre a receita operacional bruta, a depender do local e tipo do serviço prestado.

(f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada atualmente utilizada encontra-se abaixo indicada:

	Anos
Instalações	20
Máquinas e equipamentos	2 a 20
Móveis e utensílios	10 a 20
Equipamentos de informática	3 a 15
Aparelhos telefônicos	10
Equipamentos de telemarketing	10
Benefícios (I)	3

(i) Depreciação com base no prazo dos contratos de arrendamento (média de 36 meses).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

(g) Intangível

Intangível é representado substancialmente por licenças de uso de software e valores alocados de combinações de negócios como carteira de clientes; além do ágio na aquisição de controladas e signing bônus pagos para obtenção de contratos de exclusividade de balcão.

A Administração da Companhia entende que as taxas de amortização utilizadas estão de acordo com a vida útil-econômica desses ativos. No caso dos signing bônus, a vida útil é igual ao período de exclusividade de balcão conforme contrato (normalmente 36 meses).

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido das empresas adquiridas por meio de combinações de negócios, após alocação dos valores justos atribuíveis aos ativos adquiridos e passivos assumidos (alocação do preço de aquisição), é considerado como "ágio". O saldo de ágio não é amortizado contabilmente, sendo avaliado anualmente na perspectiva de realização.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*"), exceto ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o em uso ou valor justo menos os custos na venda do bem. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável.

(i) Redução ao valor recuperável do ágio ("*impairment*")

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa anual do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são subsequentemente demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e são registrados na rubrica de "Despesas financeiras" pela taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações contábeis.

(l) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (ou possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22).

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As contingências avaliadas como risco possível de perda (ou possível com viés de remota no caso de incertezas sobre o lucro - IFRIC 23/ICPC 22) são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras.

(m) Benefícios a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros, bolsa de estudos e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

(n) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas pela Administração e contabilizadas com contrapartida no resultado do exercício.

(o) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

(p) Receita e custos com contratos com cliente

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador, com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Para reconhecimento das receitas de contratos, a Companhia avalia se atua como principal ou agente desses contratos. Nos casos em que atua como principal, a Companhia pode satisfazer à obrigação de desempenho para fornecer o serviço mediante esforço próprio, ou pode contratar outra parte (subcontratada) para satisfazer a totalidade ou parte da obrigação de desempenho em seu nome. Nesses casos, receitas e custos são reconhecidos separadamente no resultado do exercício. Nos casos em que atua como agente, a Companhia é responsável por providenciar o fornecimento de serviços especificados por outra parte e não controla esse antes que seja transferido ao cliente (normalmente em processos de quarteirização). Nesses casos, a Companhia reconhece a receita equivalente ao valor das taxas de agenciamento ou comissões acordadas com os parceiros comerciais.

As receitas e os custos de certos contratos de prestação de serviço que tem vigência superior a 2 meses são reconhecidos ao longo do tempo do contrato. Parte dos custos referentes a esses contratos, que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados na rubrica de "Custos e despesas antecipadas", no ativo, como "Custos com intermediação de vendas". São custos variáveis incidentes sobre as vendas requeridos pelos parceiros de negócios em decorrência da utilização do espaço e estrutura pessoal e tecnológica. As correspondentes receitas encontram-se registradas na rubrica "Receitas diferidas", no passivo.

(q) Resultado básico por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento. Não houve no período de apresentação dessas demonstrações financeiras fatores diluidores que pudessem alterar o cálculo do lucro por ação.

continua →★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)

-★ continuação

(r) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

Normas

• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros

• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis

• Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis

• Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2023 em função das respectivas adoções.

(s) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

4.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

Balço	Qualificação	Nível	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes	Valor justo por de caixa		34.554	62.224	53.009	82.054
Contas a receber	Custo amortizado	2	51.111	42.047	78.245	62.840
Custos e despesas antecipadas	Custo amortizado	2	135.794	158.629	164.800	188.517
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	-	14.471	-	-
			221.459	277.371	296.054	333.411
Fornecedores	Custo amortizado	2	20.672	23.509	31.100	28.366
Debêntures	Custo amortizado	2	68.764	124.417	68.764	124.417
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	96.926	113.828	96.926	113.828
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	2	2.160	3.313	2.160	3.313
Instrumentos financeiros	Valor justo por instrumentos derivativos		3.279	3.393	3.279	3.393
Partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.492	1.377	-	-
			193.293	269.837	202.229	273.317

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (i) risco de mercado (taxa de juros); (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxas de câmbio, preços e taxas de juros. A governança e as macro diretrizes desse processo estão definidas na política de gestão de riscos de mercado.

(i) Risco de mercado (taxas de juros e câmbio)

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros fixas e variáveis.

A Companhia estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros e de câmbio que impactam o fluxo de caixa. As exposições a cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI) e de câmbio (empréstimos indexados em EURO) são projetadas até o fim da vigência dos ativos e passivos atrelados a tais indexadores. Para gerenciar o risco de taxa de câmbio, a Companhia contratada utiliza as operações de *Non-deliverable forward* ("NDF") para fixar o valor em Reais de parcela significativa da exposição ao EURO. Para maiores detalhes vide nota 4.3.

(ii) Risco de crédito

Principalmente relacionado aos saldos de equivalentes de caixa e valores a receber de clientes, além de saldos não amortizados de upfront (classificados em "Custos e despesas antecipadas" no ativo) e signing bônus (classificados no "intangível") que geram exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores e risco de não geração de negócios futuros para amortização dos ativos.

Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como bancos de primeira linha.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de valores a receber de clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito de cada cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes ("provisão para perdas de crédito esperada"), sempre que necessário.

A provisão para perdas de crédito esperada é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes e é incluída nas despesas de vendas (uma vez que a Companhia não tem histórico de perdas relevantes que justifiquem o reconhecimento como redutor da receita quando da emissão dos títulos a receber de clientes).

No caso dos upfronts e signing bônus, a Companhia avalia anualmente a realização desses ativos por meio do valor em uso estimado desses contratos, ressaltando-se que os mesmos são também suportados por apólices de seguro e garantia em caso de *default* dos parceiros comerciais cujos ativos estão associados (hipótese em que as receitas futuras não seriam geradas).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a composição dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas de crédito esperada era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Exposição ao risco de crédito				
Caixa e equivalentes de caixa	34.554	62.224	53.009	82.054
Contratos a vencer - <i>upfront</i>	114.010	140.198	130.431	161.652
<i>Signing</i> bônus	70.196	108.143	70.196	108.143
Partes relacionadas	-	14.471	-	-
	218.760	325.036	253.636	351.849

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o saldo das contas a receber sujeito à provisão para perdas de crédito esperada é demonstrado conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vencimentos dos recebíveis de clientes				
Saldos vencidos (a)	785	791	4.388	949
Saldos a vencer	51.111	42.047	78.245	62.480
(-) Provisão para perda de créditos esperada	(785)	(791)	(4.388)	(949)
Total de recebíveis	51.111	42.047	78.245	62.480

(a) A Companhia pré-determina em contrato os vencimentos das cobranças, bem como acompanhada de forma efetiva o cumprimento por parte dos varejistas (intermediários parceiros), acarretando na quase inexistência de títulos vencidos.

iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando a garantir recursos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo, e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os valores contábeis das obrigações não considerando, portanto, o efeito dos juros futuros a serem incorridos nas datas de pagamento dessas obrigações:

	Maturidade de passivos financeiros - Controladora					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos em diante
Debêntures	68.764	27.712	27.713	13.339	-	-
Empréstimos e financiamentos	96.926	9.957	9.957	30.405	19.867	26.740
Fornecedores	20.674	20.672	-	-	-	-
Obrigações de arrendamento	2.160	535	525	1.100	-	-
Instrumentos financeiros						
derivativos	3.279	3.279	-	-	-	-
Partes relacionadas	1.492	1.334	-	-	-	-
	193.295	63.489	38.195	44.844	19.867	26.740

Maturidade de passivos financeiros - Consolidado

	Maturidade de passivos financeiros - Consolidado					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos em diante
Debêntures	68.764	27.712	27.713	13.339	-	-
Empréstimos e financiamentos	96.926	9.957	9.957	30.405	19.867	26.740
Fornecedores	31.100	31.100	-	-	-	-
Obrigações de arrendamento	2.160	535	525	1.100	-	-
Instrumentos financeiros						
derivativos	3.279	3.279	-	-	-	-
	202.229	72.583	38.195	44.844	19.867	26.740

4.3 DERIVATIVOS

A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, contratados na modalidade de *Non-deliverable forward* ("NDF"), os quais podem divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação.

Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para obtenção do valor justo, é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada para operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor notional de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI.

Os contratos foram realizados com o objetivo de fixar o preço futuro de compra do Euro com prazos de vencimento que variam entre 21/01/2021 e 05/03/2025 (de acordo com os prazos para liquidação das parcelas de empréstimo contratado em moeda estrangeira). As taxas futuras contratadas variam de R\$ 5,7353 a R\$ 8,5150, que correspondem a uma taxa efetiva de 1,13% a.a. ou 14,43% a.a.. O valor total do notional contratado (saldo inicial) foi de € 4.600.000 (R\$ 35.680 considerando o termo futuro contratado). O valor da marcação a mercado não realizada desses contratos em 31 de dezembro de 2023 representa uma perda de R\$ 3.279 (em 31 de dezembro de 2022 representava uma perda de R\$ 3.393).

4.4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Análise de sensibilidade para risco de taxa de juros

Taxa | Moeda | Controladora | Consolidado

Caixa e equivalentes de caixa CDI 34.554 53.009

Custos e despesas antecipadas CDI 135.794 164.800

Total dos instrumentos financeiros ativos 170.348 217.809

Debêntures CDI 68.764 68.764

Empréstimos e financiamentos CDI 89.700 89.700

Empréstimos e financiamentos Euro 7.226 7.226

Obrigações de arrendamento CDI 2.160 2.160

Total dos instrumentos financeiros passivos 167.850 167.850

Exposição líquida em R\$ (9.724) (57.185)

Exposição em € (7.226) (7.226)

Queda Cenário remoto | Aumento Cenário provável | Aumento Cenário remoto

CDI 9,60% | 8,40% | 9,15% | 10,65% | 13,40%

Euro 4,25 | 4,94 | 5,39 | 5,87 | 6,9

Indexador

Queda Cenário remoto | Aumento Cenário provável | Aumento Cenário remoto

CDI 9,60% | 8,40% | 9,15% | 10,65% | 13,40%

Euro 4,25 | 4,94 | 5,39 | 5,87 | 6,9

Controladora

Queda Cenário remoto | Aumento Cenário provável | Aumento Cenário remoto

Saldo em 31/12/2023 (9.724) (934) (817) (890) (1.036) (1.303)

Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva) (7.226) (694) (607) (661) (770) (968)

Valor notional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i) 7.226 694 607 661 770 968

Total Exposição em € (9.724) (934) (817) (890) (1.036) (1.303)

Consolidado

Queda Cenário remoto | Aumento Cenário provável | Aumento Cenário remoto

Saldo em 31/12/2023 (57.185) (5.490) (4.804) (5.232) (6.090) (7.663)

Empréstimos e financiamentos em € (Ponta Passiva) (7.226) (694) (607) (661) (770) (968)

Valor notional das NDFs fixadas em € (Ponta Ativa) (i) 7.226 694 607 661 770 968

Total Exposição em € (57.185) (5.490) (4.804) (5.232) (6.090) (7.663)

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os R\$ 10.505 (R\$ 13.556 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 35.680 na contratação do instrumento) representam os valores nominais a termo futuro dos contratos de NDFs. Conforme seção 4.3, as perdas não realizadas líquidas com a marcação a mercado desses contratos montam R\$ 3.279 em 31 de dezembro de 2023 (perda não realizada de R\$ 3.393 em 31 de dezembro de 2022) na Controladora e no Consolidado. Caso esses contratos não sejam liquidados antecipadamente, a exposição passiva em EURO (empréstimos indexados) se aproximaria de Zero, pois eventual ganho na ponta ativa seria compensado por perda equivalente na ponta passiva, sendo a recíproca verdadeira.

A alíquota de 9,15% para o CDI corresponde à taxa projetada para o final do ano de 2023. Para o cálculo da marcação a mercado (MTM) é utilizada a PTAX projetada nas datas de vencimento das parcelas vencidas de cada instrumento, conforme Bacen/CETIP.

Os cenários extrapolados consideram uma desvalorização/valorização conforme cenários da administração com relação a essa taxa. Cumpre-nos informar, no entanto, que o risco de flutuação do EURO é compensado pelas *NDFs* contratadas; entretanto, a Companhia não adotou a prática contábil de *hedje accounting* para registro contábil

desses contratos, consequentemente, os efeitos dos ganhos e perdas não realizados encontram-se classificados no resultado financeiro da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	71	4.804	74	4.807
Aplicações financeiras (a)	34.483	57.420	52.935	77.247
	34.554	62.224	53.009	82.054

(a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha, e refletem as condições usuais de mercado. Nas datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) que possuem liquidez diária e remuneração que corresponde à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Clientes mercado interno	51.896	42.838	82.632	63.789
(-) Provisão para perda de créditos esperada	(785)	(791)	(4.388)	(949)
Contas a receber líquido	51.111	42.047	78.244	62.840
Circulante	46.282	37.121	73.416	57.914
Não circulante	4.829	4.926	4.829	4.926

Controladora

31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022

Vencimento até 30 dias 30.869 24.759 55.585 45.165

Vencimento até 60 dias 539 432 532 432

Vencimento até 90 dias 9.254 7.422 9.134 7.422

Vencimento até 120 dias 3.159 2.534 3.119 2.534

Vencimento até 150 dias 2.461 1.974 5.045 2.361

Acima de 360 dias 4.829 4.926 4.829 4.926

51.111 42.047 78.244 62.840

Consolidado

31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022

Vencimento até 30 dias 30.869 24.759 55.585 45.165

Vencimento até 60 dias 539 432 532 432

Vencimento até 90 dias 9.254 7.422 9.134 7.422

Vencimento até 120 dias 3.159 2.534 3.119 2.534

Vencimento até 150 dias 2.461 1.974 5.045 2.361

Acima de 360 dias 4.829 4.926 4.829 4.926

51.111 42.047 78.244 62.840

Consolidado

31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022

Saldo inicial 791 796 949 954

(+/-) adição/exclusão (6) (5) 3.439 (5)

Saldo final **785 791 4.388 949**

Consolidado

31/12/2023 31/12/2022 31/12/2023 31/12/2022

IRRF - Imposto de renda retido na fonte 4.439 1.888 5.678 2.879

PIS/COFINS 588 313 607 691

Imposto de renda e contribuição social 7.188 7.953 8.197 8.957

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 - 5º andar - Torre 1 - Alphaville - CEP: 06454-000 - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)

-★ continuação

parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tinha prazo inicial de seis anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido (Vide nota 9 (i)). Em 2021 ocorreu a renegociação do contrato de exclusividade com esse cliente, aumentando o prazo desse contrato. Com o objetivo de alinhar o prazo dos contratos houve a captação de novo empréstimo com Itaú com liquidação do anterior. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas médias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,15% ao ano. Os efeitos do reconhecimento do passivo pela modificação substancial do contrato em 2021 foram registrados no resultado do exercício.

(ii) Em 2021 houve a captação de novo empréstimo em moeda nacional com Santander com liquidação do empréstimo anterior com o banco. Essa operação aconteceu para alinhar o prazo do contrato de empréstimo com o contrato comercial de um dos parceiros da Companhia (varejista) cujos recebíveis dos clientes intermediados por este varejista são objeto de garantia dessa operação. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia. O custo dessa operação corresponde a 100% da variação das taxas médias diárias do CDI (Taxa DI), expressa na forma percentual ao ano-base, dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, capitalizada de um spread ou sobretaxa, de 4,33% ao ano.

(iii) Empréstimo captado em moeda estrangeira (€ 4.600.000) para obtenção de recursos em função do investimento realizado pela CDF com o objetivo de renovar o contrato de exclusividade com um dos parceiros (varejista) da Companhia. O contrato com o varejista tem prazo de 12 anos, com meta de vendas estabelecida e volume financeiro mínimo garantido. Além disso, os recursos captados nesse contrato foram usados para reforçar o caixa da Companhia no início da pandemia da COVID-19. O custo dessa operação corresponde a 5,82% ao ano, além da variação cambial. Para proteger os efeitos da variação cambial foi contratada uma operação de compra a termo (NDF) de moeda estrangeira. Vide maiores detalhes na nota explicativa 4.3.

Cronograma de vencimentos

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2023:

	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante
Capital de giro Itaú	15.592	17.420	12.985	10.222	9.645	26.740
Capital de giro Santander	4.322	-	-	-	-	-
	19.914	17.420	12.985	10.222	9.645	26.740

Os contratos financeiros celebrados com o Itaú possuem certas cláusulas restritivas ("covenants") incluindo, principalmente, cláusulas de restrição de mudança de controle e aquelas que exigem a manutenção de determinados índices financeiros: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado menor ou igual que (a) 2,6x no ano de 2020; (b) 2,1x no ano de 2021; e (c) 1,8x a partir do ano de 2022 até a liquidação de todas as obrigações assumidas; (ii) a Companhia obriga-se a não distribuir dividendos, realizar pagamento de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia e/ou qualquer um dos devedores solidários estejam em mora com qualquer uma das obrigações assumidas. Sendo certo que, na hipótese de a Companhia estiver adimplente com todas as obrigações previstas, e desde que a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado seja igual ou superior a 1,0x, a Companhia poderá distribuir dividendos e juros sobre capital próprio de até no máximo (a) 50% do lucro líquido no ano de 2020; (b) 70% do lucro líquido no ano de 2021 e (c) 80% do lucro líquido a partir do ano de 2022 até a integral liquidação das obrigações assumidas; (iii) hipótese de ocorrência de vencimento antecipado se (a) a Companhia não mantiver o índice resultante do quociente entre sua dívida líquida por seu EBITDA Ajustado em 2020 igual ou inferior a 1,8x até o final da operação em 2024; e (iv) não realizar distribuição de lucros (a) caso esteja inadimplente perante o Itaú Unibanco em decorrência do financiamento assumido; e (b) acima de 80% do lucro líquido do período. Por EBITDA Ajustado entenda-se ajuste pela exclusão dos efeitos da "Amortização do Upfront", registrados na rubrica de "Contratos a vencer - upfront" na nota 9.

O contrato financeiro celebrado com o Santander possui cláusulas restritivas e que determinam, entre outras restrições, os seguintes covenants financeiros à Companhia: (i) haverá vencimento antecipado do contrato: (a) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 70% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco Santander, em qualquer momento, caso a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, seja igual ou superior a 1,0x; ou (b) se a Companhia distribuir dividendos, pagar juros sobre capital próprio ou efetivar qualquer outro tipo de benefício econômico de natureza similar, em valor igual ou superior ao equivalente a 75% do lucro líquido anual, apurado pelo Banco, em qualquer situação e em qualquer outro momento, observado o disposto no item (a) acima; e (c) a Companhia deverá manter a relação dívida financeira líquida (DFL) e EBITDA, a ser apurada anualmente, com base no fechamento do balanço auditado em dezembro de cada ano, menor ou igual a 2,0x em 2021; e 1,5x a partir de 2022.

A Companhia monitora essas cláusulas restritivas de forma sistemática e constante, para garantir que os requisitos sejam atendidos. Tais medições são realizadas anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício, tendo a Companhia atendido correspondentes indicadores financeiros em 31 de dezembro de 2023.

Garantias

Foram oferecidas garantias representadas pela cessão fiduciária de 100% recebíveis de direitos creditórios de contratos de prestação de serviço já celebrados com clientes e 84% de fiança bancária nacional.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Movimentação dos empréstimos	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial.....	113.828	131.755
Captação de empréstimos.....	-	150.000
Provisão de juros e variação cambial.....	20.328	24.219
Amortização do principal.....	(35.557)	(184.899)
Amortização de juros.....	(1.673)	(7.247)
Saldo final	96.926	113.828

16. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas diferidas (contratos).....	42.732	34.291	67.181	57.302
	42.732	34.291	67.181	57.302
Passivo circulante.....	42.123	33.946	61.845	50.558
Passivo não circulante.....	609	345	5.336	6.744
	42.732	34.291	67.181	57.302
Amortização				
0 até 90 dias.....	28.222	22.694	33.395	27.301
91 até 120 dias.....	9.689	7.917	11.132	9.304
121 até 360 dias.....	4.212	3.335	17.318	13.953
Acima de 360 dias.....	609	345	5.336	6.744
	42.732	34.291	67.181	57.302

Conforme preconizado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, as receitas e os custos de certos contratos com clientes, que até 2017 eram reconhecidas no mês da venda do contrato, passaram a ser reconhecidas ao longo do tempo do contrato. Os custos referentes a esses contratos (quando existentes), que serão reconhecidos prospectivamente pelo tempo do contrato e/ou prestação do serviço, encontram-se registrados como "Custos com intermediação de vendas" no ativo.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços.....	20.672	23.509	31.100	28.366
	20.672	23.509	31.100	28.366
Vencimento até 30 dias.....	20.010	22.756	30.275	27.613
Vencimento até 45 dias.....	662	753	825	753
Total	20.672	23.509	31.100	28.366

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS.....	118	111	139	161
COFINS.....	546	521	644	754
IRRF a recolher.....	52	47	70	61
IRPJ e CSLL.....	-	-	1.468	2.588
ISS sobre faturamento.....	612	601	652	817
Tributos federais retidos e outros.....	218	307	224	278
	1.546	1.587	3.197	4.659

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar.....	-	-	-	-
FGTS.....	209	220	210	222
INSS.....	287	597	288	598
IRRF s/salário.....	305	358	305	358
Parcelamento de obrigações trabalhistas.....	-	24	74	98
Provisão de férias e encargos.....	3.352	3.501	3.377	3.528
PLR Funcionários.....	3.723	5.809	3.723	5.809
Outras obrigações trabalhistas.....	667	11	667	9
	8.543	10.520	8.644	10.622
Passivo circulante.....	8.543	10.520	8.570	10.548
Passivo não circulante.....	-	-	74	74

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Com base na análise individual desses processos, tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, o montante de causas consideradas prováveis (ou com risco de perda possível com viés de provável no caso de incertezas sobre o lucro) e correspondentes naturezas estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para contingências trabalhistas.....	11	15	56	54
Provisão para contingências cíveis ..	561	133	671	328
Provisão para contingências tributárias.....	908	-	3.048	126
	1.480	148	3.775	508
	1.480	148	3.775	508
Depósitos judiciais trabalhistas	-	16	698	607
	-	16	698	607

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas ..	84	(69)	15	6
Cíveis.....	136	(3)	133	486
Tributário.....	1	(1)	-	908
	221	(73)	148	1.400
	221	(73)	148	1.400
Trabalhistas ..	123	(69)	54	11
Cíveis.....	2.558	(2.230)	328	579
Tributários.....	113	14	(1)	126
Total	2.794	14	(2.300)	508
Contingências possíveis	2.794	14	(2.300)	508

Os processos judiciais classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2023 estão classificados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributários.....	1.389	331	2.114	1.577
Cíveis.....	3.443	1.079	3.476	2.482
Trabalhistas.....	555	184	555	184
Total	5.387	1.594	6.145	4.243

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 191.258.378, dividido em 44.278.468 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados.....	291.042	228.437	338.429	282.547
Impostos incidentes.....	(21.814)	(18.081)	(25.700)	(22.200)
Cancelamentos de vendas.....	(5.448)	(3.761)	(5.457)	(10.916)
	263.780	206.595	307.272	249.431

23. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados ...	(71.902)	(69.929)	(89.771)	(81.485)
Repasso mínimo contratual (i)...	6.100	4.179	6.100	4.179
Serviços prestados de rede.....	(36.277)	(25.901)	(36.668)	(26.920)
Amortização de contratos com varejistas (ii)	(38.735)	(25.026)	(40.482)	(26.549)
Amortização Signing bônus de contratos com varejistas (ii).....	(44.805)	(25.414)	(44.805)	(25.414)
Outros serviços prestados.....	(2.524)	(2.434)	(2.524)	(2.434)
	(188.143)	(144.525)	(208.150)	(158.623)

(i) No transcorrer dos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia abateu os correspondentes montantes dos custos de intermediação junto aos varejistas em função de repasses mínimos contratuais.

(ii) Em 2023 as amortizações de contratos incluem R\$ 44.805 de signing bônus (contratos firmados no ano de 2022 e 2023), conforme nota explicativa 12, além de amortizações de comissões (upfronts) com novos varejistas (os mesmos com que a Companhia reconheceu o signing bônus). As comissões antecipadas encontram-se registradas na rubrica "Custos e despesas antecipadas" como "Contratos a vencer - upfront" no ativo.

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS (POR NATUREZA)

As contas de despesas administrativas e comerciais estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal	(45.697)	(42.510)	(45.940)	(42.785)
Despesas administrativas.....	(2.901)	(2.836)	(3.328)	(3.153)
Despesa com tecnologia de informação.....	(4.505)	(3.931)	(4.505)	(3.931)
Participação nos lucros	(5.497)	(5.708)	(5.500)	(5.726)
Despesas com locação e correlatas.	(951)	(672)	(952)	(674)
Despesas com depreciação e amortização.....	(8.175)	(6.697)	(8.231)	(6.749)
Amortização de direito de uso em contratos de arrendamento	(1.792)	(1.959)	(1.794)	(1.959)
Remuneração da administração.....	(3.669)	(3.312)	(3.669)	(3.312)
Despesas com serviços de terceiros	(4.411)	(6.415)	(4.820)	(6.861)
Despesas comerciais.....	(2.387)	(2.334)	(2.520)	(2.428)
Provisão para contingências	(1.348)	73	(1.174)	2.286
Recuperação de despesas (management fee CDF Ltda.)	3.439	5.379	(9)	-
Outras despesas	(265)	(15)	(265)	(640)
	(78.159)	(70.937)	(82.707)	(75.932)

25. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com brindes	(770)	(913)	(831)	(995)
Despesas com baixa de recebíveis	5	5	(3.419)	5
Despesas com doações	(21)	(31)	(21)	(31)
Despesas com multas e taxas...	(13)	-	(13)	-
Despesas tributárias.....	(2)	(100)	(2)	(132)
	(801)	(1.039)	(4.286)	(1.153)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.237	7.597	7.921	9.342
Resultado de operações com NDFs	943	-	943	-
Receita Financeira sobre mútuos.....	1.398	1.394	-	-
Outras receitas financeiras.....	141	590	144	590
	8.719	9.581	9.008	9.932
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(30.696)	(26.886)	(30.762)	(26.886)
Despesas bancárias.....	(61)	(50)	(77)	(65)
Resultado de operações com NDFs - Despesa	(829)	(4.031)	(829)	(4.031)
Variação cambial passiva	(2.040)	-	(2.040)	-
Juros de arrendamento mercantil.....	(217)</			

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

CNPJ/MF nº 08.769.874/0001-10

Sede: Alameda Rio Negro, 500 – 5º andar – Torre 1 – Alphaville – CEP: 06454-000 – Barueri – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores em milhares de reais - R\$)

Os ativos e passivos não estão segmentados, pois, a Administração entende que ambos contribuem de forma igualitária para a prestação dos serviços assistências residenciais e de suporte tecnológico. O mesmo se aplica as despesas administrativas e comerciais e resultado financeiro.

29. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos com danos materiais, danos na execução de serviço e seguro de locação de imóvel.

A cobertura em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Danos materiais (RCG)	12.000	12.000
Danos na execução de serviço (RCP)	5.000	5.000
Seguro de locação imóvel (Danos Materiais).....	15.000	15.000

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação Porto Assistência:

Com o objetivo de aumentar a autonomia e o foco em cada negócio e visando potencializar soluções que impulsionem o crescimento de suas operações, o Grupo Porto tem passado por uma estruturação em verticais. Desta forma, para fins estratégicos e dando continuidade ao programa de reorganização societária iniciada pelo Grupo, em 29 de Fevereiro de 2024, a empresa Porto Assistência foi incorporada pela CDF Ltda. (controlada da CDF S.A.), resultando na emissão de novas quotas da sociedade incorporadora (CDF Ltda.).

DIRETORIA

LENE ARAÚJO DE LIMA
CEO - ServiçosMARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor ExecutivoTOMAS TRABULSI
Diretor ComercialRAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de ControladoriaDANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da

CDF Assistência e Suporte Digital S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CDF Assistência e Suporte Digital S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 12, a Companhia possui registrado saldos de ágio gerado na aquisição de investimentos e intangíveis de *signing bonus* (contratos de exclusividade) com varejistas parceiros classificados no ativo não circulante, no montante de R\$75.726 mil, na controladora e no consolidado, líquidos de amortização. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e amparado no plano de negócios, assim como pelo desempenho futuro dos correspondentes contratos.

Adicionalmente, conforme notas explicativas 3, 6 e 9, Companhia revisa periodicamente sua carteira de contas a receber e comissões antecipadas aos varejistas parceiros (contratos a vencer - *upfront*), que totalizaram R\$51.111 mil e R\$114.010 mil, respectivamente, na controladora, e R\$78.244 mil e R\$130.431 mil, respectivamente, no consolidado, com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor realizável. A determinação do *impairment* das contas a receber e das comissões antecipadas é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte da Companhia. Devido à relevância do valor do ágio, dos *signing bonus*, das contas a receber e das comissões antecipadas aos varejistas parceiros, e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de *impairment* desses ativos, que pode impactar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do ágio e do *signing bonus*. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento e de desconto, projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Também avaliamos a razoabilidade dos critérios, premissas e dados utilizados pela Companhia para mensurar as perdas por *impairment* das contas a receber e comissões antecipadas aos varejistas parceiros, avaliadas de forma coletiva, incluindo o recálculo matemático das provisões para perdas e avaliação do histórico de inadimplência, que é parcialmente coberto por seguros garantias no caso de varejistas parceiros, assim como o *signing bonus*.

Adicionalmente, comparamos os valores recuperáveis determinados pela administração da Companhia, com o valor contábil de referidos ativos submetidos a redução ao valor recuperável, e avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 3, 6, 9 e 12 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a metodologia, os julgamentos e as premissas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa 27, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos nos montantes de R\$35.180 mil na controladora, e R\$58.676 mil no consolidado, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos e lucro tributável, incluindo aspectos relacionados à reestruturação societária do segmento de assistências em curso, assim como alíquotas dos tributos e cálculos aritméticos e matemáticos, além de comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia.

Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 27, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem os Comentários da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange os Comentários da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler os Comentários da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP 034519/O

Cezar Augusto Ansoain de Freitas

Contador - CRC-SP 246234/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>